

EDUCAÇÃO ESCOLAR, REFORMA DO ENSINO MÉDIO: o caminho da (des)humanização*

*Camila Siqueira Fernandes Reis
Fabiane Santana Previtali*

1. O trabalho ontológico e histórico

O trabalho é ontológico ao ser humano, é o processo em que o homem se reconhece na natureza e atua sobre ela, transformando o estado natural das matérias para melhorar a sua utilidade na sociedade. Entende-se, conforme Marx (2011), que o homem se torna autônomo na relação com a natureza por meio do trabalho. Logo, o trabalho é uma atividade fundamental do ser social, pois por meio dele o homem se difere dos demais seres vivos, demonstrando sua capacidade racional e adquirindo a emancipação humana.

Sobre isso, Marx (2013) constata que:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça. Antes de construí-lo em cera. No fim do processo do trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 2013, p. 297-298).

Nesse sentido, o que diferencia o homem dos animais são os pensamentos construídos no campo das ideias que precedem uma ação; assim ele projeta em sua mente o resultado que deseja alcançar com o seu trabalho, transformando a matéria, influenciando o seu sistema social e produzindo cultura humana.

Com a ascensão do capitalismo e a acumulação do capital em poucas mãos, o trabalho, que é intrínseco ao ser social, começa a ser explorado pela classe dos proprietários e determinado pelos interesses do capitalista. A desvalorização do trabalho no capitalismo vislumbra o trabalhador apenas como uma mercadoria.

Sobre a condição do trabalhador, Marx (2011) assevera que:

*DOI – 10.29388/978-65-81417-67-3-0-f.40-46

A partir da própria economia nacional, com suas próprias palavras, constatamos que o trabalhador baixa a condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência e a grandeza da sua produção [...], toda a sociedade tem de se decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade (MARX, 2011, p. 79).

De outra forma, ao produzir mais riqueza para o proprietário, o trabalho, que outrora era intrínseco ao homem, passa a ser determinado pelos interesses do capitalista, ou seja, o trabalhador não mais se reconhece no produto de seu trabalho, bem como se torna servo do seu objeto que agora é estranho a ele, resultando em um trabalho alienado e sob o domínio do outros homens.

Sobre tal fato, Marx (2011) discorre que:

Consequentemente, quando arranca do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua vida genérica, sua objetividade genérica e transforma a sua vantagem com relação ao animal em desvantagem de lhe ser tirado seu corpo inorgânico, a natureza (MARX, 2011, p.85).

Isso demonstra, que a busca incessante pelo aumento do capital resulta na exploração da força de trabalho e em um trabalhador precarizado, fazendo com que sua subsistência comece a depender do objeto de seu trabalho, porque suas condições sociais não lhe dão outras alternativas para seu sustento. Um exemplo, são os proprietários de terra que possuíam a terra e também os homens que trabalhavam nela. Logo, os trabalhadores se tornaram sua propriedade ao ter seu trabalho alienado, visto que essa relação deformou a existência do homem e o que era produzido por meio de seu trabalho para consumo, enquanto valor de uso, passa a ser irrelevante diante da força de seu trabalho, que se torna valor de troca.

A opressão sob o proletariado se intensificou na década de 1980 e 1990 a partir do movimento Neoliberal que assolou o cenário mundial, influenciando diretamente na política e na sociedade. Sobre a ação política neoliberal, Bourdieu discorre que “ela assume, pois, a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer. Que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os ‘poderes públicos’ (as administrações do Estado)” (BOURDIEU, 1989 p. 174). Desse modo, o Neoliberalismo é marcado pelo livre comércio e ânsia pelo esvaecimento das políticas sociais essenciais para a garantia do bem-estar dos indivíduos, submetendo-as aos interesses econômicos.

Ademais, o movimento é caracterizado como um conjunto de estratégias sociais e políticas, dominadas por uma classe social composta por grandes empresas multinacionais e nacionais, pelo Banco Mundial e por partidos de direita, que visam à derrubada do Estado Social pelo mercado.

Além da luta pelo poder sobre os poderes públicos, esse modelo político demonstra a intenção de suprimir direitos adquiridos pelos trabalhadores e incentivar a dominação dos indivíduos que possuem mais capital sobre os que possuem menos. Assim, o movimento neoliberal, acrescido ao intenso uso das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), caracterizado pela globalização, acelera a precarização do trabalho, atingindo vários campos sociais, incluindo o educacional.

2. A relação entre trabalho e educação

O trabalho está estritamente ligado a outra ação especificamente humana, a educação. Apenas os seres humanos trabalham e educam, e essas ações são possíveis pela racionalidade humana (SAVIANI, 2007). A relação entre trabalho e educação é um processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela ação do próprio homem e o resultado desse processo é o comportamento do próprio ser em sociedade.

No capitalismo, a educação assume várias funções, como a manutenção da sociedade dividida em classes, a reprodução da força de trabalho para a produção de mercadorias em massa e a função de justificar a ideologia da supremacia da classe dominante. Assim, acontece a institucionalização da educação formal, a escola. Mészáros (2008) explica:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

A escola não é uma instituição apartada da sociedade, pelo contrário, ela faz parte do metabolismo societal do capital; logo, as teorias educacionais também são influenciadas pelos movimentos políticos e sociais.

Com o feudalismo, a teoria educacional mais usufruída era a Tradicional, que reforçava e reproduzia, por meio de seus métodos de ensino, a relação de servo e senhor. No entanto, em meados do século XIX começou uma estruturação dos sistemas de ensino para propor uma educação para todos e, assim, a instituição escola teve um papel essencial para a consolidação da burguesia como classe dominante. Com a ascensão do capitalismo, começou-se a popularizar a teoria da Escola Nova, que foi difundida no Brasil por Anísio Teixeira e Fernando

Azevedo a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932, que propunha uma reforma do sistema educacional brasileiro, defendendo um ensino obrigatório e gratuito. Logo, escolarizar todos os homens era essencial para converter servos em cidadãos que pudessem participar de um processo político e, com isso, consolidar a ordem democrática que defendesse os interesses da burguesia.

Saviani (2012) discorre sobre dois grupos de teorias da educação, o grupo das teorias acríticas e o das críticas. Conforme o filósofo, o segundo grupo de teorias concebe a sociedade como sendo essencialmente marcada pela divisão entre grupos ou classes antagônicas que se relacionam à base da força, a qual se manifesta fundamentalmente nas condições de produção de vida material. Assim como o trabalho, a educação também é marcada pela divisão de classes; logo, quando a classe dominante se apropria dos processos e resultados da produção social, ela não só reforça a dominação, como também legitima a marginalização, usando a educação como um instrumento para a marginalização escolar, cultural e social.

3. Reforma do Ensino Médio e Educação Tecnista

No feudalismo, a educação era garantida à elite dominante e o trabalho reservado à massa dos escravos. A ruptura social que acontece no capitalismo faz com que a relação trabalho e educação fique mais complexa, pois surge a necessidade de qualificação para a força de trabalho. As divisões de classe repercutem imediatamente, deformando também a educação, assim acontece uma separação entre trabalho e educação. Isto posto, a educação era garantida à elite dominante e o trabalho reservado à massa dos trabalhadores.

Sobre a educação, Frigotto discorre que:

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve se dar a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital (FRIGOTTO, 2010, p.28).

Com a divisão de classes surgem distintas modalidades de educação, como a Técnica Profissionalizante, voltada para a classe dos trabalhadores. Adotada no Brasil no contexto do Golpe Militar, por volta de 1964, com influência do positivismo de Comte e o behaviorismo de Skinner, a Educação Tecnista sistematiza os conteúdos, tornando o aprendizado mecânico, é autoritária e privilegia a técnica em detrimento do conhecimento intelectual, além da racionalização da tarefa e fragmentação do trabalho.

No Brasil, o governo Lula (2003-2011) promoveu, mesmo que timidamente, a ampliação de alguns direitos dos trabalhadores e criou incentivos educacionais

para o acesso ao Ensino Superior como o Prouni, Fies e Sisu, que oportunizaram aos jovens da classe trabalhadora cursar o Ensino Superior, porém essa prática é uma ameaça ao avanço do neoliberalismo, pois além de incentivar a liberdade de pensamento e a criticidade, a força de trabalho formada pelo Ensino Superior é mais cara do que a formada pelos cursos profissionalizantes.

Entretanto, com o golpe político que resultou na queda do governo Dilma Roussef, em 2016, foi aprovada pelo governo Temer a reforma do Ensino Médio, Lei N. 13.415 de 2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. A principal intenção do Estado com tal reforma é intensificar a modalidade educacional técnica profissionalizante. Entre as mudanças propostas pela Lei 13.415/2017 está a alteração no currículo, implementando Itinerários Formativos e diminuição da grade horária para alguns componentes curriculares fundamentais para a formação humana como Sociologia, Filosofia e Educação Física, que estão como oferta obrigatória na redação do texto, porém não são obrigatórios nos três anos do Ensino Médio, além da junção de vários componentes curriculares em apenas cinco áreas do conhecimento.

Além de ser aprovada às pressas e sem consulta aos principais envolvidos no processo educacional, que são os professores e alunos, a reforma do Ensino Médio foi incentivada, desde o princípio, por representantes dos setores empresariais que compõem o Conselho de Educação do MEC.

Mas qual jovem que o Estado pretende alcançar com a reforma? A reforma do Ensino Médio consolida a desigualdade social e a divisão entre trabalho manual e intelectual nas classes sociais. Para a classe trabalhadora não se coloca o direito de escolha. O jovem de periferia, vulnerável, filho do trabalhador, não goza do tempo ocioso para continuar os estudos posteriores ao Ensino Médio; ao contrário, precisa entrar no mercado de trabalho o mais rápido possível para ajudar a família no sustento do lar, pois para a família precarizada a condição material é fundamental.

Contudo, ao jovem da classe dominante é reservado o privilégio ao ócio, as oportunidades de cursar o Ensino Superior e, assim, continuar a perpetuação das desigualdades e a divisão de classes. Nesse sentido, a educação é um instrumento para a formação de força de trabalho barata e possivelmente alienada do jovem da classe trabalhadora.

A reforma do Ensino Médio embasada no ensino técnico contradiz o ensino Politécnico defendido por Saviani (2013). Para ele, a noção de politécnica se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral.

Ainda para o autor supracitado, o ensino médio deve recuperar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho, diferentemente de projetos como a

reforma do ensino médio, que a intenção principal é profissionalizar esse nível da educação.

O horizonte que deve nortear a organização do ensino médio é o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos (SAVIANI, 2019, p. 39).

Considerações Finais

O trabalho e a educação são intrínsecos aos seres humanos, posto que a racionalidade proporciona ao homem ser o único animal que trabalha e educa. Assim, por meio do trabalho o ele se reconhece na natureza e a modifica.

No capitalismo acontece a segregação entre o trabalho e a educação. O trabalho é reservado aos trabalhadores e acontece com exploração da sua força de trabalho, que se torna determinado e alienado pela ânsia dos capitalistas por mais capital. Logo, na educação começa a institucionalização da exploração do capital, e a escola passa a garantir e reproduzir os interesses das classes dominantes.

Primeiramente, a educação era exclusiva da classe dominante, pois ela tinha o privilégio do ócio; ao contrário dos filhos dos operários que não tinham tempo para os estudos, pois precisavam trabalhar nas fábricas. Porém, com o crescimento da industrialização foi necessário especializar a força de trabalho do trabalhador, e assim surgiu o ensino técnico profissionalizante, voltado exclusivamente aos trabalhadores.

O governo atual ao tentar retomar o ensino técnico por meio da reforma do Ensino Médio, reforça a segregação entre o trabalho intelectual e o manual e, assim, continua mantendo a divisão de classes.

Portanto, insta-se que a reforma do Ensino Médio faz parte de um plano maior, que é um projeto de sociedade capitalista em sua fase de transição da ofensiva neoliberal.

Referências

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Boitempo. 2011.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas/São Paulo: Autores Associados. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas/São Paulo: Autores Associados. 2019.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. V 12, N 34. Jan/abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politécnica. Trabalho, educação e saúde. **Revista da EPSJV-Fiocruz**. Rio de Janeiro, Fiocruz, no 1, p. 131-152, 2003.